

Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE): percepções de participantes do programa que ensinam Matemática

Luciano Ferreira
Mariana Moran Barroso
Rosefran Adriano Gonçalves Cibotto
Veridiana Rezende

RESUMO

O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) é um programa de formação continuada para professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná e que se desenvolve em parceria com Universidades públicas desse Estado. Considerando o envolvimento dos autores deste trabalho como orientadores de professores que ensinam Matemática e cursam o PDE, desenvolvemos uma pesquisa cujos resultados estão apresentados neste artigo, que teve como objetivo analisar as expectativas e motivações, relacionadas ao PDE, de professores de Matemática que participam deste programa em uma instituição pública do Paraná. Para isso, realizamos uma entrevista coletiva com os 12 professores de Matemática de uma turma que iniciou o PDE em 2014. A entrevista foi gravada em áudio e vídeo, transcritos na íntegra. As análises das falas dos professores foram realizadas buscando alcançar os objetivos supracitados. Os resultados apontam que existem expectativas e motivações por parte desses professores com relação ao estímulo financeiro, mudanças em suas práticas educativas e valorização profissional, ao concluírem o programa. Além disso, foi destacada a importância da dedicação exclusiva aos estudos, proporcionada pelo programa e a necessidade da continuidade dos estudos após o PDE, mesmo que, em alguns casos, conforme relatado por professores participantes da pesquisa, tal oportunidade ocorre somente no final da carreira docente.

Palavras-chave: Educação Matemática. Ensino. Formação Continuada. PDE. Políticas Públicas.

Luciano Ferreira é Doutor em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática pela Universidade Estadual de Maringá, professor adjunto na Universidade Estadual do Paraná – Campus Campo Mourão, UNESPAR/CM, Colegiado de Matemática. Av. Comendador Norberto Marcondes, 733, sala D5. 87303-100. Campo Mourão/PR. E-mail: luciano.mat.mga@gmail.com

Mariana Moran Barroso é Doutora em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática pela Universidade Estadual de Maringá, professora adjunta na Universidade Estadual do Paraná – Campus Campo Mourão, UNESPAR/CM, Colegiado de Matemática. Av. Comendador Norberto Marcondes, 733, sala D5. 87303-100. Campo Mourão/PR. E-mail: marianamoranbar@gmail.com

Rosefran Adriano Gonçalves Cibotto é Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, professor adjunto, Universidade Estadual do Paraná – Campus Campo Mourão, UNESPAR/CM, Colegiado de Matemática. Av. Comendador Norberto Marcondes, 733, sala D5. 87303-100. Campo Mourão/PR. E-mail: rosefran@gmail.com

Veridiana Rezende é Doutora em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática pela Universidade Estadual de Maringá, professora adjunta na Universidade Estadual do Paraná – Campus Campo Mourão, UNESPAR/CM, Colegiado de Matemática. Av. Comendador Norberto Marcondes, 733, sala D5. 87303-100. Campo Mourão, PR. E-mail: rezendeveridiana@gmail.com

Recebido para publicação em 28 dez. 2016. Aceito, após revisão, em 24 ago. 2017.

Acta Scientiae	Canoas	v.19	n.4	p.582-600	jul./ago. 2017
----------------	--------	------	-----	-----------	----------------

Development of Education Program (PDE): Perceptions of program participants who teach Mathematics

ABSTRACT

The Development of Education Program (PDE) is a continuing education program for teachers in the public school system in the state of Paraná, and which develops in partnership with public Universities of this state. Considering the involvement of the authors of this work as teachers advisors who teach mathematics and attend the PDE, we have developed a research whose results are presented in this paper, whose objective was to analyze the expectations and motivations, related to PDE, of mathematics teachers who participate in this program at a public institution in Paraná. For this, we held a press conference with the 12 Mathematics teachers of a class that started the PDE in 2014. The interview was recorded in audio and video, transcribed in full. The analyzes of teachers' statements were carried out in order to achieve the objectives mentioned above. The results indicate that there are expectations and motivations on the part of these teachers regarding the financial stimulus, changes in their educational practices and professional appreciation, upon completing the program. In addition, it was highlighted the importance of the exclusive dedication to studies provided by the program and the need for continued studies after PDE, even if, in some cases, as reported by teachers participating in the research, such an opportunity occurs only at the end of the teaching career.

Keywords: Mathematics Education. Teaching. Continuing Education. PDE. Public policy.

INTRODUÇÃO

A qualidade e a melhoria do ensino vêm sendo amplamente discutidas, tanto em âmbito nacional quanto internacional, por meio de estudos e pesquisas relacionadas à formação de professores (JUSTO; GIUSTI, 2014). Dessa forma, propomos neste trabalho uma discussão a respeito do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), que se trata de um programa de formação continuada para professores da Educação Básica da rede pública do Estado do Paraná, desenvolvido em parceria com Universidades públicas desse Estado. Tal programa consiste em uma política pública de Estado que proporciona diálogos e trocas de experiências entre professores do Ensino Superior e da Educação Básica.

Entendemos o PDE como um programa de Formação Continuada voltado aos professores da rede pública que visa oferecer ao professor um retorno às atividades acadêmicas específicas de sua área de formação inicial, ofertando condições de atualização e aprofundamento de seus conhecimentos teóricos com base em uma reflexão sobre a sua prática, de modo a gerar mudanças significativas e positivas na escola (PARANÁ, 2016).

Ao ingressarem no PDE, os professores participam de vários cursos propostos pelas Universidades, relacionados à área de Educação, bem como cursos de suas áreas específicas. Além disso, os professores são orientados por um professor universitário com o objetivo de elaborarem uma produção didático-pedagógica, que deverá ser implementada na escola da Educação Básica em que ele trabalha e é lotado.

Sendo assim, nós, como autores deste trabalho e orientadores de professores que cursam o PDE na área de Matemática, compreendemos este programa como uma possibilidade para o professor realizar uma formação continuada na qual ele pode renovar e ampliar seus conhecimentos, se dedicar aos estudos e pesquisas relacionados à sua área de atuação, para que, ao retornar para a sua escola, possa compartilhar com os demais professores e alunos o conhecimento adquirido durante o período de estudos.

Considerando que não temos conhecimentos de pesquisas relacionadas a este programa de formação continuada, no que se refere às expectativas e motivações dos professores, optamos por desenvolver a pesquisa aqui relatada, com o objetivo principal investigar as expectativas e motivações de uma turma de professores de Matemática, que ingressaram no PDE em uma instituição superior pública do Estado do Paraná.

Esclarecemos a todos os leitores da Revista *Acta Scientiae* que para o desenvolvimento desta pesquisa não foi solicitada prévia avaliação ética pelo Sistema CEP/CONEP do projeto de pesquisa, conforme solicitado pela presente revista, devido ao fato de a Universidade a qual os autores estão vinculados ter sido credenciada recentemente, ano de 2013 e, portanto não ainda possui Comitê de Ética regulamentado¹. Sendo assim, tomamos o cuidado ético de elaborarmos antes da realização da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi assinado pelos sujeitos participantes, com o objetivo de conscientizá-los acerca das ações e intenções dos pesquisadores. Deste modo, nos responsabilizamos por qualquer eventual dano resultante a quaisquer dos participantes desta pesquisa, de acordo com a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, eximindo a *Acta Scientiae* de qualquer responsabilidade.

UM BREVE PANORAMA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE) DO ESTADO DO PARANÁ

Conforme mencionado anteriormente, o PDE é uma política de Formação Continuada de professores da Rede Pública de Ensino do Paraná, regulamentado pela Lei Complementar nº 130/2010, integrante do plano de carreira do professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná (PARANÁ, 2004a; 2004b; 2010). Este Programa está baseado em uma proposta pedagógica de articulação contínua de aperfeiçoamento de professores no ambiente escolar, desenvolvendo uma estreita relação entre a Educação Básica e o Ensino Superior, em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, Secretaria Estadual de Educação – SEED e as Instituições de Ensino Superior – IES públicas do Estado do Paraná. Tal Programa oferece cursos e atividades em modalidades presencial e a distância com orientações pedagógicas e teóricas.

¹ Por meio da portaria nº 710/2017 – Reitoria/Unespar, datada de 31 de julho de 2017, é possível comprovar que um Grupo de Trabalho (GT) já foi constituído para tal finalidade.

De acordo com os pressupostos do PDE (PARANÁ, 2016), uma Formação Continuada sob o âmbito desse Programa é vista como o aperfeiçoamento permanente e sistemático dos professores da rede de ensino Estadual, em parceria com as IES objetivando uma dinâmica de reflexão, discussão e construção de conhecimento a respeito da realidade escolar.

Nesse sentido, percebe-se que o PDE propõe uma reflexão do professor sobre suas ações educacionais com o intuito de promover uma tomada de consciência a respeito de suas visões, crenças, práticas e conhecimentos, já que este professor, ao mesmo tempo em que se insere num contexto universitário, realiza pesquisas que propicia embasamento teórico para a produção de seu projeto de intervenção em sala de aula com alunos da Educação Básica.

Para Poletini (1999), a tomada de consciência está ligada ao conceito de “professor-pesquisador”. Nessa visão, o professor-pesquisador tem como característica a disposição para a investigação, possibilitando uma reflexão constante em sua prática e pensamento. Estudos de Poletini (1999) mostraram que mudanças na carreira do professor aconteceram por razões internas e externas, independente de tempo de carreira em si. Fatores como biografia, contexto, personalidade e crenças influenciam nestas mudanças.

O PDE é destinado aos professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério (QPM), que atingem determinado tempo e nível no plano de carreira (nível II, classe 8 a 11)², em que cada um dos três níveis, possuem 11 classes e a progressão de classe ocorre a cada dois anos de modo automático, podendo chegar até em três classes nesse período, combinando outros fatores (PARANÁ, 2004a; 2010). Tais professores poderão tentar seu ingresso no PDE caso tenham: participado anteriormente de cursos e atividades específicos inseridos em suas fichas funcionais; participado do Grupo de Trabalho de Rede do ano anterior à sua pretensão de entrada; titulação de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* devidamente reconhecida; e o devido nível e classe do QPM para candidatura (PARANÁ, 2013). A quantidade de vagas é limitada. A Lei 130 (PARANÁ, 2010), assegura apenas 3%, em relação ao número de cargos efetivos do QPM, anuais para ingresso no PDE.

A inscrição dos professores interessados pelo ingresso no programa é realizada via internet por meio de um formulário de inscrição, e a seleção desses professores é feita de acordo com a pontuação obtida em seus currículos, considerando os pré-requisitos citados anteriormente. Se aprovados para cursar o programa, os professores são contemplados com licença remunerada de suas atividades escolares por um período de dois anos, sendo que no primeiro ano a licença é integral (100%), e no segundo ano a licença é parcial (25%) (PARANÁ, 2010).

Em geral, de acordo com a proposta do PDE, a participação de um professor no programa tem duração de dois anos. Durante esse período, o professor irá participar de cursos gerais e específicos, presenciais e a distância, com carga horária predeterminada,

² O anexo X da Resolução nº 04279/2016 apresenta uma tabela com o quadro salarial de acordo com os níveis e classes conforme o plano de carreira do Estado do Paraná (p.13). Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/arquivos/File/2016/TabelasSalariais2016.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2016.

totalizando 356 horas, sendo 128 horas destinadas aos cursos com temas gerais, tais como Metodologia de Pesquisa e Fundamentos da Educação, e 128 horas destinadas à cursos com conteúdos e metodologias específicos de cada área. Estes cursos são ministrados por professores universitários, de modo a proporcionar um retorno dos professores às atividades acadêmicas sem o desvencilhamento das questões relacionadas ao cotidiano escolar.

Paralelamente a esses cursos, o professor PDE elabora o seu Projeto de Intervenção Pedagógica que consiste da investigação e proposta de produção didático-pedagógica que será elaborada na sequência desse projeto. Em seguida, elabora-se a produção didático-pedagógica que posteriormente será implementada com alunos ou professores de seu colégio de atuação. Por fim, após vivenciar todas estas etapas do PDE – cursos, elaboração do projeto, elaboração e implementação da produção didático-pedagógica, e dispondo de todas as informações coletadas durante a implementação, o professor deverá elaborar o artigo final, considerado como trabalho de conclusão do programa. Ressalta-se que todas essas atividades devem ser realizadas sob a orientação do professor orientador da IES à qual o professor PDE está vinculado (PARANÁ, 2016).

Com base nesse panorama, consideramos o PDE como uma oportunidade de aprofundamento de conteúdos específicos, bem como de mudanças nas concepções e práticas educacionais, propiciando aos professores condições de apropriação de teorias relacionadas às suas práticas podendo no futuro alcançar as salas de aulas.

O PDE NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A formação continuada de professores de matemática, foco de nossa pesquisa, compreende aprendizagens específicas advindas de processos formação que estão presentes nos cursos de licenciatura e nas formações continuadas, no decorrer do exercício da profissão docente. Temos a consciência de que as “pesquisas vêm evidenciando a necessidade de que, em programas de formação, os conteúdos matemáticos sejam visitados e revisitados, mas é necessário pensar sob que olhar isso deveria acontecer” (NACARATO; PAIVA, 2008, p.14).

Para Loureiro (2010, p.106), “a formação continuada pode ser definida enquanto processo educativo planejado, englobando procedimentos diversos (cursos, eventos, palestras, etc.)”. Com o objetivo de assegurar o aperfeiçoamento das práticas profissionais que os professores adquiriram ao longo do seu trabalho, o PDE pode ser considerado como uma formação continuada que qualifica e atualiza professores da rede básica estadual do Paraná, seja nos seus aspectos teóricos e reflexivos, e/ou práticos e metodológicos.

Para Gatti (2003), “Trabalhos sobre formação em serviço ou continuada e desempenho de professores têm analisado as dificuldades de mudança nas concepções e práticas educacionais desses profissionais em seu cotidiano escolar” (p.192). Além disso,

Gatti (2003), ressalta que os implementadores de programas de formação continuada têm o interesse em proporcionar novos conhecimentos e mudanças nas formas de agir de professores da educação básica, corroborando com os pressupostos do PDE.

Fiorentini (2004) e Boavida e Ponte (2002) salientam que a formação continuada deve se basear em uma prática reflexiva e considerar o professor como sujeito da ação. Por isso programas como o PDE possibilitam aos professores entender as suas experiências pessoais, suas bagagens teóricas, seus saberes da prática, além de atribuir novo significado à sua prática ao longo do seu processo de formação. Notamos ainda que o PDE também permite a compreensão de dificuldades encontradas diariamente no exercício da profissão.

Gatti trata igualmente a importância na formação continuada como necessidade do aperfeiçoamento profissional com relação a “valorização social da profissão, os salários, as condições de trabalho, a infraestrutura das escolas, as formas de organização do trabalho escolar, a carreira – que devem fazer parte de uma política geral de apoio aos docentes” (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p.15). Ou seja, é impossível desvincular a formação continuada de professores dos seus desejos de melhorar seus salários, suas carreiras e suas condições de trabalho. Isso é suprido, em parte, pelo PDE, uma vez que, no Estado do Paraná é condição para progressão em suas carreiras, mesmo que o docente já tenha título de mestre ou doutor.

Cabe salientar que apenas a titulação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) não é suficiente para ascensão de nível na carreira docente estadual (PARANÁ, 2004a). Mesmo com essa titulação, o professor deve submete-se ao processo seletivo e deve obedecer aos critérios estabelecidos pelo programa de modo a obter aproveitamento dos cursos e atividades do programa e, conseqüentemente, a certificação do PDE.

Gatti, Barreto e André (2011, p.28) baseadas em Altobelli (2008) e Gatti (2010), destacam que no Brasil os professores são oriundos de camadas sociais baixas, “com menor favorecimento educacional, especialmente os que lecionam na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, justamente no período de alfabetização”. Para estas pesquisadoras, estas condições comprometem a atuação profissional destes professores e restringem as suas maneiras para lidar com os fatores de diversidade cultural, fato que é percebido por nós, formadores. Logo, entendemos que há uma necessidade de planos de carreira mais dignos e perspectivas de trabalho mais motivadoras para uma maior procura dos cursos de licenciatura.

Nesse sentido, adiantamos que em nossa investigação percebemos a vontade de aprender e a necessidade de uma atualização por parte dos professores da educação básica, porém as questões salariais e de carreira se sobressaíram às demais. Assim sendo, o PDE pode ser entendido como uma política pública que tenta oportunizar situações formativas, visando à melhoria da carreira e do salário dos professores, bem como de oferecer a eles melhor qualificação profissional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, que teve como objetivo investigar as expectativas e motivações de uma turma de professores de Matemática, que ingressaram no PDE em uma instituição pública do Estado do Paraná, realizamos uma entrevista coletiva com uma turma ingressante em 2014 logo que essa iniciou no programa. A turma era constituída por 12 professores, os quais tornaram-se sujeitos colaboradores desta pesquisa. A entrevista aconteceu no mês de maio daquele mesmo ano, no início da aula do primeiro curso específico relacionado à disciplina de Matemática.

Para a condução da entrevista, preparamos previamente cinco questões, focadas nos objetivos de nossa pesquisa. Embora essas questões serviram de fio condutor para a entrevista, os professores ficaram livres para fazer comentários e prolongar as discussões, conforme sentiam necessidade de dialogar sobre os assuntos que surgiam no coletivo. Essa estratégia permitiu um diálogo franco e aberto, no qual as questões permitiram resgatar nosso objetivo quando percebíamos que a conversa começava a tomar outro rumo.

As questões previamente elaboradas pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática de Campo Mourão – GEPEMCMAM estão apresentadas no Quadro 1.

Antes de iniciar a entrevista, explicamos aos professores a intenção de nossa pesquisa, solicitamos a colaboração deles com nossa investigação, e pedimos, caso eles estivessem de acordo, que assinassem o termo de compromisso elaborado por nós, pesquisadores.

Para o registro dos dados, optamos por gravar a entrevista em áudio e vídeo com a finalidade de permitir maior fluência, fidelidade e agilidade do processo de análise, bem como de propiciar melhor interação entre os entrevistadores e os entrevistados. Duas câmeras e três gravadores ficaram dispostos na sala, em pontos estratégicos para capturar de modo mais fiel possível as imagens dos professores e os áudios de suas falas, considerando que os professores ficaram dispostos em um grande círculo. Posteriormente, essas informações foram transcritas na íntegra de modo a termos todos os diálogos disponíveis para a análise.

- 1) Quais as suas expectativas com relação ao Programa de Desenvolvimento Educacional no qual participa no momento? Existirão dificuldades a serem superadas? Explique.
- 2) Com base no que você já leu, ouviu falar ou conversou com colegas, em que o Programa de Desenvolvimento Educacional interfere na prática do professor de Matemática em sala de aula, pós PDE?
- 3) Cite aspectos positivos e negativos do Programa de Desenvolvimento Educacional.
- 4) Na escola em que você trabalha tem professores de Matemática que participaram do Programa de Desenvolvimento Educacional? O que eles dizem a respeito?
- 5) Quais as expectativas para o seu retorno em sala de aula durante as aulas de Matemática, pós PDE?

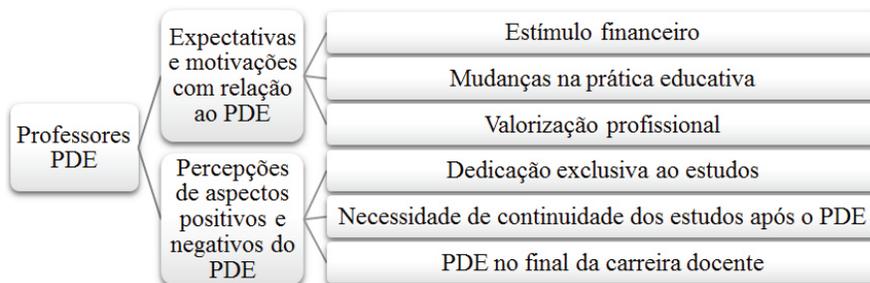
Fonte: Elaborado pelos membros do GEPEM/CAM.

No que se refere às análises da entrevista, primeiramente cada autor deste trabalho realizou uma leitura individual e uma pré-organização dos dados, buscando separar em grupos correspondentes os fragmentos das falas de todos os professores participantes da entrevista. Após essa leitura e análise individual, foi realizada a interpretação e análise conjunta dos dados unindo as percepções de todos os autores. Nesse momento, observamos que boa parte dos agrupamentos realizados na pré-análise individual se repetiu. Esta ação conjunta dos pesquisadores possibilitou a complementação das análises individuais, reflexões mais avançadas e refinamento a respeito dos agrupamentos de respostas, conforme apresentados na sequência deste texto.

ANÁLISES DA PESQUISA

Nesta seção apresentamos as análises da entrevista coletiva realizada com os professores, sujeitos desta pesquisa. Apesar de o objetivo principal desta investigação destinar-se às expectativas e motivações dos professores PDE, no decorrer do diálogo com os professores entrevistados emergiram aspectos positivos e negativos em relação ao programa. Sendo assim, surgiram de nossas análises dois agrupamentos de respostas, sendo que um deles está relacionado às *expectativas e motivações com relação ao PDE*, e o outro se refere às *percepções de aspectos positivos e negativos do PDE*. Durante as nossas análises, destacaram-se em cada um dos agrupamentos respostas dos professores entrevistados que foram constituídas em subagrupamentos, conforme descritas no texto que segue. Apresentamos na Figura 1 a representação visual dos agrupamentos que surgiram durante o processo de análise. Na coluna central estão apresentados os grupos e à direita os subgrupos.

FIGURA 1 – Agrupamentos resultantes da análise.



Fonte: autores da pesquisa.

EXPECTATIVAS E MOTIVAÇÕES COM RELAÇÃO AO PDE

Destacamos na fala dos professores entrevistados, suas expectativas e motivações a respeito da formação continuada que eles estavam participando, as quais condensamos em três grupos de respostas que dizem respeito a *estímulo financeiro*, *mudanças na prática educativa* e *valorização profissional*.

No que se refere ao estímulo financeiro, durante a entrevista, percebemos nas falas dos professores, que o fator financeiro influenciou na decisão de se inscreverem para o PDE. Segundo Gatti, Barreto e André (2011), o elemento salário e a carreira dos professores é tão importante quanto a valorização social de sua profissão, as suas condições de trabalho e a infraestrutura das escolas. Esse fato transpareceu durante a entrevista, conforme exemplificado na fala do professor P1:

P1: Então como você sabe que você ainda pode avançar financeiramente você vem para o PDE. E hoje, hoje mesmo... Ai, eu acredito que a grande maioria esteja vindo por esse fator. Pelo fator financeiro. De ainda poder avançar. Até porque a maioria já está quase no final de carreira!

No momento em que P1 fez essa afirmação, nenhum professor discordou da sua fala, e P2 complementou:

P2: Eu penso que são vários fatores, né? Que fazem com que a gente deseje estar, participar do PDE e lógico que o lado financeiro faz diferença, né? Porque nós não somos doadores do nosso trabalho, nós trabalhamos porque precisamos nos manter, não é um trabalho voluntário, é uma.... é um dos fatores que motiva.

Neste sentido, Imbernón (2006) afirma que as recompensas intrínsecas também motivam os professores, como os resultados obtidos em seu trabalho com seus alunos e a construção social. Porém, segundo este mesmo autor, uma forma de aumentar a qualidade docente e motivá-los é investir em recompensas extrínsecas, de modo a apoiar os professores com maiores recursos, bem como melhorar os seus salários. Conforme é possível notar na fala do professor P10, que menciona o fator financeiro ao mesmo tempo que reconhece a importância da formação continuada que será proporcionada pelo PDE:

P10: Mas, estamos tentando fazer e eu espero que no final do PDE eu volto acreditando mais na educação, porque é isso realmente... além do financeiro!

Alguns professores chegam a afirmar que há um descaso por parte do Estado no que diz respeito ao incentivo financeiro, conforme a fala de P7:

P7: [...] o estado coloca isso no plano de carreira do professor, como forma dele não é... promover financeiramente todos os professores linearmente, no mesmo momento. Aí ele cria essa situação!

Nesse sentido, Gatti, Barreto e André (2011) defendem que problemas sérios na remuneração e na carreira geram poucos estímulos para que a opção de professor seja a primeira opção na carreira. Além disso, conforme observa Vaillant (2006), a antiguidade parece ser o principal componente para que o professor avance em sua carreira. O programa PDE se enquadra nessa ideia, haja vista que os professores precisam alcançar determinado nível de carreira para que possam concorrer a uma vaga no programa por meio de um processo seletivo. Alguns professores demonstram descontentamento em relação a esse fato, conforme sinalizam as falas de P3 e P1:

P3: Eu entrei porque estou em final de carreira, eu tenho 28 anos de sala de aula e só estou esperando a idade mesmo, pra me aposentar... mas também não é só o fato disso, é o fato também que eu queria novas perspectivas de se trabalhar ao trabalhar com alunos [...] não só por estar perto de me aposentar para melhorar a condição financeira. Que esse é um objetivo também que não tem como negar, né?!

P1: Então a maioria de nós, ou alguns de nós, tivemos que ficar esperando esse tempo para pensar em ingressar no PDE. O que eu acho que não é, não seria, uma política correta uma vez que é... o professor já está lá no final da carreira e ele vai fazer o PDE para se aposentar. Então o objetivo dele ficou só onde? Só no financeiro.

Desse modo, foi possível observar por meio das falas de diversos dos professores participantes que eles compreendem a importância do seu papel como professores na Educação Básica, e mais ainda, compreendem a importância da proposta oferecida pelo programa PDE que consiste em aprimoramento profissional que gera mudanças nas suas práticas educativas. Observou-se também, no entanto, que esse papel está atrelado à melhora nas suas remunerações e ao reconhecimento salarial de seu trabalho, dentro e fora da sala de aula, já que o professor não trabalha somente no instante em que está ministrando suas aulas.

Outro ponto de destaque observado durante a entrevista com estes professores que recém ingressaram no PDE foi a expectativa de *mudanças na prática educativa*, ilustrada na fala de P3:

P3: Mudar uma prática metodológica só, rasamente na sala de aula, é a tentativa que a gente já vem fazendo há anos e que nós estamos vendo que não dá resultados. Então com o PDE, esse embasamento profundo, realmente, ele pode provocar mudanças, mas aí que tá... o tempo!

É possível observar pela fala desse professor P3 que ele reconhece a necessidade de mudança não somente na sala de aula, mas de embasamento teórico e prático do conhecimento. Nessa perspectiva, Gatti, Barreto e André (2011) destacam que há necessidade de novo perfil profissional para enfrentar os desafios de ensino e aprendizagem atuais e futuros. Esses pesquisadores, afirmam, ainda que isso requer que os docentes adquiram maior competência pedagógica e capacidade de trabalhar com os colegas.

O professor que não se atualiza para exercer uma prática atenta às especificidades do momento, à cultura local e aos seus alunos pode vir a desacreditar no potencial de seu trabalho, fato que é exemplificado na fala de P10:

P10: Eu estava num ponto em que estava deixando de acreditar no meu trabalho e na educação. Quando cheguei aqui no PDE, justamente, penso igual a professora P12, a visão muda, amplia, muito estudo. Então assim, você volta [*à sala de aula*], eu tenho a impressão, que eu vou voltar, acreditando mais na educação!

O diálogo com os participantes aponta para o fato de que, na visão daquela turma, o professor que ingressa no PDE procura novas perspectivas e ideias em busca de mais resultados:

P3: É fato também que eu queria novas perspectivas de se trabalhar ao trabalhar com alunos, porque eu vejo assim... Eu gosto muito de estudar... mas é... Fazer um

trabalho sistematizado que realmente vá fazer diferença, você tem que embasar, tem que estudar!

P9: Abre novas propostas, a gente tem outras perspectivas... E está acontecendo comigo.

Tais expectativas de mudanças, na prática educativa desses docentes, podem ser geradas pelo convívio no ambiente escolar com outros professores que já participaram do PDE em edições anteriores:

P4: Na minha cidade tem vários professores que fizeram o PDE e nenhum está afastado. E a gente assim, nota a diferença do olhar para a educação desses professores, eles olham diferente, eles falam diferente, eles têm nova mentalidade. Até em um conselho de classe ou em uma reunião administrativa, uma reunião pedagógica, eles têm outra opinião.

P7: Eu vejo assim, eu tenho vários colegas que fizeram o PDE e eles têm uma visão política diferente, de mundo, visão política de escola, é mais fácil debater com eles ideias igual nós estamos debatendo agora. Antes era bem difícil.

No convívio com os professores que já participaram do PDE, os sujeitos P4 e P7 perceberam e explicitaram mudanças na conduta desses profissionais. Em conformidade com as ideias de Gatti, Barreto e André (2011), os professores concluem que estão mal preparados e precisam buscar novas condições para suas relações sociais que levem em consideração as demandas sociais dos diferentes grupos além da qualidade no ensino.

Dessa forma, observou-se que há expectativas de mudanças na prática educativa desses professores PDE's ingressantes, principalmente por dois fatores: um deles diz respeito à necessidade de aperfeiçoamento em seu trabalho pedagógico, e o segundo se refere ao reconhecimento de mudanças ocorridas nas práticas de professores que já cursaram o PDE.

Também se destacam nas falas dos professores indicativos de que existe uma *valorização profissional*. Valorizar a profissão professor educador faz com seja “necessário criar condições para que esse(a) profissional se sinta suficientemente reconhecido(a) socialmente nesse esforço de formação das novas gerações” (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p.138), fato que é elucidado na fala do professor P9:

P9: Com o PDE a gente tem outra visão e a gente é valorizada sim! Porque a gente vê os colegas: “Ô, colega PDE, tudo bem?” e na sociedade, com os alunos: “Professora você vai para o PDE?”, “Nossa você vai para o PDE!” e tem essa valorização sim!

Ficaram explícitos nos enunciados dos professores o quão importante é para eles a visão dos outros, sejam eles professores, alunos ou sociedade. Esta valorização de sua profissão também serve como incentivo para os educadores se inscreverem no programa. Estes, por sua vez, também valorizam os professores que já passaram pelo PDE, e se projetam como este profissional valorizado. O reconhecimento é anterior ao ingresso deles no PDE, pois veem no professor que já cursou, traços de uma pessoa bem-sucedida, e isso faz com que eles queiram participar de cursos de formação continuada para se atualizar. Esse aspecto é sempre ressaltado em suas falas, conforme exemplifica as falas a seguir:

P3: E eles [os professores que já cursaram o PDE] acreditam mais na educação do que a gente!

P4: Isso... é um olhar diferente que eles têm! No ano passado eu tinha uma turma de sexto ano de Matemática e a colega de Português já estava aplicando trabalho do PDE, e a de ciências também. Então quando a gente se reunia... “Ah, o aluno assim” e ela: “Não você tem que pensar assim”, não é mais... Sabe! Muda o pensamento do professor que faz o PDE. Na minha cidade é assim!

Nestes discursos vemos os professores integrantes do PDE se projetando como profissionais mais capacitados, mais envolvidos com educação, fazendo do curso de formação continuada uma ponte para novos saberes. Para Nunes (2010, p.345), “[...] a importância da formação continuada do professor, ao invés de esporádica como muitas vezes ocorre, deve ser permanente e processual inserida no cotidiano da prática docente enquanto locus de construção de saberes”. Todas essas implicações fazem os próprios professores reconhecerem aspectos positivos em participar de um curso de formação continuada como o PDE. Embora os participantes explicitaram tais aspectos, também exprimiram a existência de alguns negativos. Estes aspectos positivos e negativos que emergiram durante a entrevista estão apresentados a seguir.

PERCEPÇÕES DE ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PDE

No que se referem aos aspectos positivos do PDE, dois grupos de respostas foram extraídos dos diálogos com os professores e estão relacionados à *dedicação exclusiva aos estudos* enquanto cursam o programa e à *necessidade de continuidade dos estudos após o PDE*.

Em relação à *dedicação exclusiva aos estudos*, a professora P2 menciona que:

P2: o fato de você poder se afastar das aulas um período de tempo, aí de um ano, e poder se dedicar a só estudar, aprender, a retomar, eu acho isso assim... Fantástico!

Nota-se na fala dessa professora a valorização atribuída a um período dedicado exclusivamente para à sua atualização profissional e dedicação aos estudos, com licença integral, sem preocupações com as obrigações, tarefas e horários do trabalho docente, conforme regulamentado por lei do PDE (PARANÁ, 2010). Segundo Gatti, Barreto e André (2011), a distribuição diária do trabalho do professor que com frequência não se esgota no horário escolar, exigindo compromisso contínuo, faz que essa profissão porte tensão maior do que outras profissões, e que dificilmente resta disposição e tempo para os professores estudarem e/ou participarem de grupos de estudos e pesquisas nas universidades. Nesse sentido, o PDE é um programa que propicia atualização profissional, afastados de suas atividades escolares, conforme reconhece a professora P2.

Durante o diálogo, os professores explicitaram a *necessidade de continuidade dos estudos após o PDE*, pois para estes professores, após o período de dois anos de estudos, pesquisas e atualização profissional, eles percebem que alguns colegas, que já concluíram o programa, retornam para as suas atividades cotidianas escolares com certas mudanças em suas práticas educativas. No entanto eles reconhecem a necessidade de uma continuidade para as suas formações, para que haja uma mudança efetiva e duradoura em suas práticas, conforme exemplificado nos fragmentos de diálogos das professoras P2 e P6:

P2: Eu penso que além de ser um momento bastante importante por essa causa, de a gente ter tempo pra estudar, ele deveria ter uma continuação também, porque percebo os colegas professores que fizeram o PDE há um tempo... Eles vieram até a universidade, fizeram a sua formação, retornaram, mas... aplicaram seu trabalho, seu projeto e a gente não vê muita coisa além disso, né?! Uma mudança de postura realmente eficaz, outros trabalhos sendo desenvolvidos. Imagino que a gente tem que ter uma mudança na nossa prática que seja constante.

P6: Daí eu acho que é a importância da continuidade do programa [complementando a fala de P2].

No que diz respeito à necessidade de continuidade dos estudos e de formação continuada de professores de Matemática, Costa (2006) aponta que é preciso tempo para estabelecer confiança e vínculo entre os participantes do processo de formação, para que se possa superar inseguranças e medos, formular tarefas conjuntas, acompanhar a prática-didática e realizar reflexões juntamente com os professores. Em sua pesquisa, Costa (2006), acompanhou durante dois anos um grupo colaborativo que envolveu professores de matemática e concluiu que este período não foi suficiente para a exploração das possibilidades necessárias para a formação complementar daqueles docentes, por isso a pesquisadora ressalta a importância de um trabalho colaborativo que contemple um longo período de tempo. Ainda no que se refere a um longo período de tempo necessário para a formação continuada, Fiorentini e Crecci (2012) mencionam que dificilmente cursos de curta duração “[...] terão condições de analisar e problematizar a complexidade das práticas vigentes de sala de aula e, portanto, de promover efetivamente o desenvolvimento profissional” (p.75).

Do diálogo com os professores também emergiram aspectos que eles consideram negativos relacionados ao PDE e às práticas de professores após o PDE. Como principal ponto negativo do programa os entrevistados mencionaram o *PDE no final da carreira docente*.

P1: O que eu acho, na minha opinião, extremamente errado é que você tem que estar em um certo nível lá pra você vir, ou seja, você não pode vir antes, você tem que chegar em um certo nível lá pra poder vir para o PDE.

P3: Mas tem o caso também que eles mandam o professor que está, é... afastado, né... readaptado... fazer o PDE! Uma pessoa que está readaptada, vai fazer o PDE, não vai entrar em contato com o aluno, né! Então assim... Aí tira a chance daqueles que não estão no tempo certo, mas que tem uma carreira inteira pela frente, né!

A necessidade de o professor estar em certo nível da carreira para cursar o PDE deve-se ao fato de o programa estar atrelado ao plano de carreira do professor da rede estadual de educação básica do Paraná (PARANÁ, 2004a). Isso é visto pelos professores como um aspecto negativo do PDE, e que muitas vezes reflete no fato de que diversos professores conseguem realizar o programa somente no final de suas carreiras, e este pode ser um dos motivos que, alguns profissionais já estão readaptados ao ingressarem no programa ou que após o cursarem e ao retornarem para suas escolas, alguns professores esquivam-se da sala de aula e preferem, ou necessitam, se readaptar para outras funções, ou assumir cargos como a direção da escola, conforme pode ser observado nos extratos de diálogos de alguns professores entrevistados:

P1: Na cidade onde eu moro, por exemplo, você tem assim, muitos professores que já fizeram o PDE que inclusive já se aposentaram, por invalidez, que estão fora da sala de aula por que foram readaptados, que estão em outras funções... Sabe, que não estão na sala de aula diretamente, ou seja, foi um investimento que não teve retorno! Para o aluno, para a escola! Sabe... [...] Readaptados no núcleo, direção, vice direção.

P2: Então, lá na minha cidade isso acontece também. A maior parte... A maior parte dos professores que já cumpriram o PDE, ou estão na direção, ou estão readaptados por motivos de saúde.

O fato de os professores P1 e P2 mencionarem que alguns colegas que finalizam o PDE buscam por atividades escolares que não estão diretamente ligadas à sala de aula pode ser decorrente do plano de carreira ofertado aos professores paranaenses. Estes professores levam um tempo para conseguirem ingressar no PDE, primeiramente porque precisam atingir determinado nível de ascensão e em segundo lugar porque o programa possui um número de vagas limitado, o que restringe tal ascensão. E, por este motivo, alguns professores conseguem entrar no PDE apenas nos últimos anos da carreira docente.

Esta é a única e última possibilidade de ascensão para chegarem ao topo financeiro de suas carreiras, conforme as discussões realizadas anteriormente em relação ao *estímulo financeiro*.

Esse pode ser um dos motivos que, acrescido de estresse, problemas de saúde ou mesmo por desalento à sala de aula, podem levar alguns docentes, conforme mencionado na fala dos professores, a finalizarem o PDE e se esquivarem da sala de aula. Além disso, devido à tensão e à exigência de comprometimento do trabalho do professor, as pesquisas de Coddó (1999) e Assunção (2008), citadas por Gatti, Barreto e André (2011), têm constatado problemas de adoecimento frequente destes profissionais, reforçando a fala dos professores P1 e P2 ao se referirem que os professores que realizam PDE se afastam por motivos de saúde.

CONCLUSÕES

Ao propor esta pesquisa tivemos como objetivo principal analisar as expectativas e motivações relacionadas ao PDE, na concepção de professores de Matemática que participam deste programa em uma instituição superior pública do Estado do Paraná. Durante a entrevista coletiva com os professores sujeitos deste trabalho também emergiram pontos positivos e negativos concernentes ao PDE que também foram contemplados neste texto.

No que se refere às expectativas e motivações com relação ao PDE, os professores entrevistados indicaram em suas falas o estímulo financeiro, as mudanças na prática educativa e a valorização profissional proporcionados aos cursarem o programa. Após concluírem o PDE, os professores recebem elevação salarial que os permitem chegar ao topo de suas carreiras docentes, respeitando os níveis de ascensão salarial. Nesse sentido, consideramos plausível que uma das motivações pela qual os professores buscam o ingresso no PDE seja pelo motivo financeiro, pois, conforme apontam Gatti, Barreto e André (2011) a elevação salarial e a carreira docente são essenciais para a valorização profissional e social do professor.

Ao longo das análises foi verificado que os professores ingressantes no PDE buscam por mudanças em suas práticas de sala de aula, e reconhecem algumas modificações em seus colegas que já cursaram o PDE, conforme já explicitado no subgrupo *mudanças na prática educativa*, na fala do professor P7: *eu tenho vários colegas que fizeram o PDE e eles têm uma visão política diferente, de mundo, visão política de escola, é mais fácil debater com eles ideias igual nós estamos debatendo agora*.

No entanto, embora eles reconheçam a mudança proporcionada pelo PDE, os professores entrevistados destacam a necessidade de um prosseguimento na formação continuada após o PDE, para que realmente possa haver transformações em suas práticas pedagógicas, propiciando um constante aprimoramento por meio de diálogos entre professores da Educação Básica e do Ensino Superior. Afinal, é preciso tempo no processo de formação de professores para que se possa superar inseguranças e medos, formular

tarefas conjuntas, acompanhar a prática-didática e realizar reflexões conjuntas com os formadores (COSTA, 2006). Os resultados das análises apontam que, na perspectiva dos entrevistados, somente o período de dois anos proporcionado pelo PDE não é suficiente para provocar uma mudança efetiva, é preciso uma continuidade para essa formação.

Além disso, os professores criticam o fato de a oportunidade de ingresso ocorrer somente após certo nível de carreira, fato que, muitas vezes, permite aos professores ingressarem no PDE somente no final de suas carreiras. Embora os professores reconhecem que este fato mudou para melhor, e alguns professores com nove ou dez anos de docência no quadro efetivo podem solicitar o ingresso no PDE, desde que atingido certo nível em suas carreiras, a saber, nível II, classe 8 a 11 (PARANÁ, 2010).

Outro aspecto positivo apontado pelos professores se refere à satisfação deles com o tempo de dedicação exclusiva para os estudos, proporcionado pelo PDE. Para esses professores, é um momento único, de estudos, de aprofundamento teórico, de novos conhecimentos, de participação em cursos e aprimoramento de sua prática docente. Considerando que o trabalho diário do professor não se esgota no período que ele se encontra no ambiente escolar, devido a avaliações, trabalhos, preparação de aulas dentre outras atividades, dificultando a participação dos professores em grupos de estudos e pesquisas em Universidades (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011), o PDE surge, na visão dos professores entrevistados, como uma oportunidade de atualização profissional, que pode ser vivenciada de modo único e diferenciado.

Sendo assim, nossa pesquisa confirma que, embora existam limitações a serem superadas a exemplo do acesso ao programa e da necessidade apontada de haver continuação da formação docente após sua conclusão, o PDE, além de proporcionar a capacitação docente aos professores da Educação Básica do Estado do Paraná, propicia diálogos, reflexões e trocas de experiências entre esses professores e docentes do Ensino Superior. Desse modo, entendemos que a importância do PDE vai além dos benefícios conferidos aos professores da Educação Básica, pois se trata de um programa que é igualmente importante aos docentes do Ensino Superior, que participam desse programa como orientadores e ministrantes de cursos para os professores da Educação Básica, possibilitando a estes uma aproximação com ações e realidades da escola básica, essencial para uma melhor formação de seus alunos de Cursos de Licenciaturas, futuros professores de Ensino Fundamental e Médio.

REFERÊNCIAS

- BOAVIDA, A. M.; PONTE, J. P. da. *Investigação colaborativa: potencialidades e problemas*. Em *Reflectir e Investigar sobre a prática profissional*. GTI – Grupo de Trabalho de investigação (organização). Lisboa: Associação de Professores de Matemática, 2002.
- COSTA, N. M. L. da. Formação continuada de professores: uma experiência de trabalho colaborativo com matemática e tecnologia. In: NACARATO, A. M.; PAIVA, M. A. V.

A formação de professores que ensinam matemática: perspectivas e pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FIORENTINI, D. Pesquisar práticas colaborativas ou pesquisar colaborativamente? In: BORBA, M. de C.; ARAÚJO, J. de L. (Org.). *Pesquisa qualitativa em Educação Matemática.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.53-85.

FIORENTINI, D.; CRECCI, V. M. Práticas de desenvolvimento profissional sob a perspectiva dos professores. *DiversaPrática.* Volume especial de lançamento, p.65-76, 2012. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/diversapratICA/articLe/view/19781/10590>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

GATTI, B. A. Formação continuada de professores: a questão psicossocial. *Cadernos de pesquisa*, v.119, p.191-204, 2003. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/articLe/view/524/526>>. Acesso em: 20 out. 2015.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.* Brasília: UNESCO, 2011.

IMBERNÓN, F. La profesión docente desde el punto de vista internacional. Qué dicen los informes? *Revista de Educación*, 340, p.19-86, mayo-agosto, 2006. Disponível em: <http://www.revistaeducacion.mec.es/re340/re340_03.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

JUSTO, J. C. R., GIUSTI, N. M. de R. Formação colaborativa de professores dos Anos Iniciais: um olhar sobre duas pesquisas. *Acta Scientiae.* Canoas, v.16, n.14, p.84-99. Edição Especial, 2014.

LOUREIRO, C. F. B. *A relação teoria-prática na formação de professores em educação ambiental.* In: CUNHA, A. M. de O. et al. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.106-123.

NACARATO, A. M.; PAIVA, M. A. V. (Org.). *A formação do professor que ensina matemática: perspectivas e pesquisas.* Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NUNES, C. M. F. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.* Organização de Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben ... [et al.]. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 818p. (Didática e prática de ensino).

PARANÁ. Casa Civil. *Lei Complementar nº 103 de 15 de março de 2004.* Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. 2004a. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Casa Civil. *Lei Complementar nº 106 de 22 de dezembro de 2004.* Altera os dispositivos da lei complementar nº 103. 2004b. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7367&codItemAto=62385#62385>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Casa Civil. *Lei Complementar nº 130 de 14 de junho de 2010.* Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. 2010. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56184&indice=1&totalRegistros=2>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. *Edital nº 176/2013 – GS/SEED.* 2013. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/editais/edital1762013gsseed.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. *Documento-síntese PDE*. 2016. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_roteiros/2016/documento_sintese_pde_2016.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

POLETTINI, A. F. F. Análise das experiências vividas determinando o desenvolvimento profissional do professor de matemática. In: BICUDO, M. A. V. *Pesquisa em Educação Matemática: concepções & perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p.247-261.

VALLANT, D. Atraer y retener buenos profesionales en la profesión docente: políticas en Latinoamérica. *Revista de Educación*. n.340. Mayo-agosto, 2006. p.117-140. Disponível em: <<http://www.mecd.gob.es/dctm/revista-de-educacion/articulosre340/re34005.pdf?documentId=0901e72b81240681>>. Acesso em 25 ago. 2016.